XXIV JORNADA JURÍDICA – BELÉM - PA

Autora: Laura Malveira Costa



Orientador: Dr: Arthur Laércio. GP- Processo, atuação do judiciário e políticas públicas.

Local: Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) - Belém/PA

Linha de pesquisa: Processo Civil.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Razoável duração do processo, TJPA

A IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TJPA E A RAZOAVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 2023 o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) assinaram um acordo para a implementação da plataforma de Inteligência Artificial Athos.

O objetivo do sistema Athos é auxiliar no agrupamento de feitos, visando a geração de decisões iguais com base em modelos precedentes, capaz de agrupar documentos jurídicos do STJ semanticamente semelhantes. (MARTINS, 2018). Logo, observa-se que a atuação deste sistema, apesar de ser implementado nos tribunais estaduais, têm repercussão no STJ, visto que ele reúne os recursos advindos dos desembargos ou STJ.

A principal justificativa para a implementação deste sistema seria na contribuição do princípio da celeridade do processo com um custo unitário ínfimo. No Art. 4° do novo CPC é reconhecido o princípio da razoável duração do processo, sendo assim, esta norma é considerada formalmente fundamental. Além disso, a razoável duração do é tipificada no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna. Alguns critérios, estabelecidos pela jurisprudência da Corte Europeia dos Direitos do Homem, norteiam essa compreensão: (i) a complexidade da causa; (ii) o comportamento das partes; (iii) a atuação das autoridades. (BELO,2010)

PROBLEMA DE PESQUISA

Como problema de pesquisa elegeu-se: De que forma a implementação do sistema Athos no TJPA, e nos demais tribunais, auxiliam no princípio da razoável duração do processo no STJ?

OBJETIVO

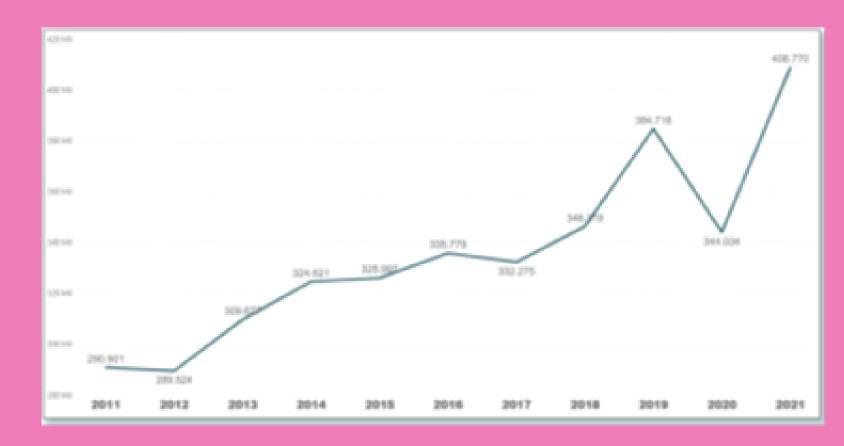
Objetivo geral, analisar a implementação da inteligência artificial, já estabelecida em outros tribunais estaduais, e como essa ajuda proporcionou o cumprimento do princípio da razoável duração do processo.

METODOLOGIA

Adotou-se uma abordagem de cunho qualitativo, por meio de análise bibliográfica de artigos científicos. Como também, uma abordagem quantitativa através de dados disponibilizados pelo STJ e CNJ.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O sistema Athos pode diminuir drasticamente a vazão de processos para o STJ assim que implementado em todos os tribunais estaduais



Ao analisar estatisticamente, o número de Recursos Especiais recebidos pelo STJ, entre 2016 a 2019 houve uma redução de recepção recursos em 2,87%, já entre os anos de 2019 a 2021 houve uma redução de 8,70% (CNJ). Período no qual se começou a implementar o sistema nos tribunais estaduais.

Outrossim, o sistema Athos é fundamental na criação no rito dos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, ele ajuda no apoio e na identificação de possíveis novos paradigmas para estabelecimento de um novo tema repetitivo, através de agrupamentos de processos idênticos ou semelhantes. (FIGUEIREDO)

Além disso, como já visto anteriormente, existem critérios para calcular a razoável duração do processo advindos da corte europeia. O Sistema Athos incide sobre o fator da complexidade da causa e a atuação das autoridades. Visto que, referente a complexidade da matéria julgada, a criação de recursos repetitivos diminui o número de pessoas envolvidas no feito, como também, as peculiaridades das questões fáticas ou jurídicas. Já na atuação das autoridades esta inteligência artificial incide na facilitação das decisões por meio da criação de precedentes.

Ademais, é necessário ressaltar, que a implantação do sistema não foi feita de forma isolada, diversas outras técnicas foram implementadas juntamente com a inteligência artificial corroborando com a eficiência deste projeto. Além disso, o projeto não foi implementado em todos os tribunais estaduais. Conclui-se, então, que o sistema Athos sozinho não consegue dirimir todos os problemas envolvendo a grande quantidade de processos protocolados ao STJ, pode-se apontar dois fatores principais. Sendo estes a recente implementação do programa, como também, a baixa adesão dos tribunais estaduais. Também, constata-se que esta tecnologia se apresenta apenas como ferramenta de apoio, e não uma solução imediata para a inchaço do STJ.

REFERÊNCIAS

PRIEBE, Victor Saldanha; SPENGLER, Fabiana Marion. A razoável duração do processo na jurisdição brasileira. Revista eletrônica de direito processual, v. 18, n. 2, 2017.

FIGUEIREDO, Guilherme Silva. **Projeto Athos: um estudo de caso sobre a inserção do Superior Tribunal de Justiça na era da inteligência artificial.** 2022. **TJPA - Comunicação - TJPA e STJ assinam acordo de Inovação e Inteligência Artificia**l. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1498181-tjpa-e-stj-assinam-acordo-de-inovacao-e-inteligencia-artificial.xhtml.

Sistemática dos Recursos Repetitivos. Disponível em: <a href="https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Precedentes/informacoes-gerais/recursos-repetitivos/sistematica-dos-recursos-repetitivos-recursos-recursos-recursos-repetitivos-recurso-recurs

BELO, Duína Porto. A razoável duração do processo como instrumento de acesso à justiça. Direito e Desenvolvimento, v. 1, n. 2, p. 55-68, 2010.